

**PROCESSO** - A. I. Nº 232953.0021/04-6  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - BELLE EPOQUE BOUTIQUE LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 2ª JJF nº 0484/02-04  
**ORIGEM** - INFAZ IGUATEMI  
**INTERNET** - 17/02/2005

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0006-12/05

**EMENTA:** ICMS. CARTÕES DE CRÉDITO E DE DÉBITO. DIFERENÇA ENTRE OS VALORES DOS CUPONS FISCAIS EMITIDOS E OS VALORES INFORMADOS PELA OPERADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO. OMISSÃO DE OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS. LANÇAMENTO DO IMPOSTO. Demonstrada a inconsistência do lançamento. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata o presente julgamento de Recurso de Ofício interposto pela 2ª Junta de Julgamento Fiscal para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10/10/00, em face da sua Decisão constante do acórdão constante do preâmbulo, no qual foi decretada a Improcedência do Auto de Infração 232953.0021/04-6, lavrado em 27/9/04, para exigência de ICMS referente à suposta omissão de saídas de mercadorias e/ou serviços decorrente do não lançamento de documentos fiscais nos livros próprios, que estariam retratadas nos demonstrativos de fls 10 e 13 como diferença entre os valores dos Cupons Fiscais emitidos e os valores informados pela operadora de cartão de crédito, no total de R\$ 32.681,70, tendo sido proposta a multa de 70%, prevista no art. 42, inciso III da Lei nº 7.014/96.

O contribuinte apresentou defesa argüindo a nulidade do procedimento fiscalizatório, alegando não caber a autuação, pois os cupons fiscais registraram corretamente as vendas em dinheiro, representadas pela sigla “DIN”, bem como as vendas em cartões de crédito, representadas pela sigla “CRI”.

O contribuinte anexou cópia do Cupom de Redução “Z” do início e do fim do período considerado, como prova do que foi alegado e aduz que, em suas fiscalizações rotineiras de controle de emissão de cupons fiscais o fisco estadual nunca encontrara qualquer irregularidade desde o início da utilização da máquina registradora, autorizada pela INFAZ Iguatemi sob o nº 1412000002813.

O fiscal autuante prestou informação fiscal à fl. 25 do processo, em que declara:

*“De acordo com a defesa opinamos que seja o Auto de Infração julgado improcedente por ser um ato de justiça.”*

Submetido a julgamento em primeiro grau votou assim o ilustre relator do processo:

### **“VOTO**

*O fato imputado ao sujeito passivo diz respeito à realização de saídas de mercadorias sem documentos fiscais.*

*O autuado demonstrou a inconsistência do lançamento.*

*O fiscal autuante concordou com as ponderações da defesa.*

*Considero correta a conclusão do autuante.*

*Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.”*

## **VOTO**

Não está comprovado nos autos o fato imputado ao sujeito passivo de realização de saídas de mercadorias sem documentos fiscais.

O autuado, com simplicidade e eficiência demonstrou a Improcedência do lançamento de ofício.

O fiscal autuante, sem maiores delongas e sem rebater a qualquer argumento da impugnante, concordou com as arguições da defesa e pediu que o Auto de Infração fosse julgado improcedente por ser um ato de justiça.

Evidentemente o fisco errou na acusação fiscal e o reconheceu implicitamente.

Não comprovada a acusação e acolhida pelo autuante a defesa por ser justa, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício, e assim, pela manutenção da Decisão recorrida em que se decretara a IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232953.0021/04-6**, lavrado contra **BELLE EPOQUE BOUTIQUE LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de janeiro de 2005.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

CÉSAR AUGUSTO DA SILVA FONSÊCA – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS